

DINÂMICA ESPACIAL: ANTIGAS E NOVAS FORMAS DE METROPOLIZAÇÃO

279

SPATIAL DYNAMICS: OLD AND NEW FORMS OF METROPOLIZATION

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2024.261928>

Marny Pessoa Silva de Araújo

marny.araujo@ufrpe.br

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife – Pernambuco - Brasil

<https://orcid.org/0009-0001-9422-7999>

Ana Paula Guedes de Andrade

ana.pgandrade@ufrpe.br

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife – Pernambuco – Brasil

<https://orcid.org/0009-0002-0457-4696>

Submetido 04.03.2024

Aceito em 07.03.2024

Resumo:

Este artigo tem como objetivo trazer uma discussão acerca da metrópole, bem como do processo de metropolização, que tem contribuído para a transformação do espaço urbano e rural, o qual se encontra cada vez mais integrado a esse. Percebe-se, dentre as características das mudanças espaciais, a expansão urbana por meio da formação de áreas de tecido urbano na periferia de algumas cidades, em descontinuidade ao já existente, ao mesmo tempo em que se observa a formação de novos núcleos em pontos isolados entre várias cidades. Para fins deste trabalho, entende-se dinâmica espacial como um processo de transformação do espaço, tratado pelas teorias do planejamento urbano. Faz-se necessário identificar e rever conceitos e teorias que se relacionam com as transformações espaciais, o que aqui se denomina de antigas e novas formas de metropolização. Este artigo revisita os conceitos: Urbanização Contemporânea,

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



Configuração das Regiões Metropolitanas do Brasil e Processo Emergente de Urbanização Estendida. Por fim, há muito em que se avançar nessa temática, demandando novas formas de pensar e problematizar o planejamento urbano e regional, através de profundos debates, a cerca de definição de conceitos e parâmetros que orientem a identificação e institucionalização de espaços decorrentes de dinâmicas no entorno das RMs.

Palavras-chave: Dinâmica Espacial; Metropolização; Urbanização Estendida.

Abstract:

This article aims to bring a discussion about the metropolis, as well as the process of metropolization, which has contributed to the transformation of urban and rural space, which is increasingly integrated into it. One can see, among the characteristics of spatial changes, urban expansion through the formation of areas of urban fabric on the outskirts of some cities, discontinuing the existing one, while observing the formation of new nuclei in isolated spots between several cities. For the purposes of this work, spatial dynamics is understood as a space transformation process, treated by urban planning theories. It is necessary to identify and review concepts and theories that relate to spatial transformations, what are called here old and new forms of metropolization. This article revisits the concepts: Contemporary Urbanization, Configuration of the Metropolitan Regions of Brazil and Emerging Process of Extended Urbanization. Finally, there is much to advance in this area, demanding new ways of thinking and problematizing urban and regional planning, through deep debates, about the definition of concepts and parameters that guide the identification and institutionalization of spaces resulting from dynamics in the surroundings of the MRs.

Keywords: Spatial Dynamics; Metropolization; Extended Urbanization.

Introdução

O processo de urbanização no Brasil vem se apresentando de forma diversa no território nacional, destacando-se: interiorização do fenômeno urbano; acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; crescimento das cidades médias; periferização dos centros urbanos; e formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não metropolitano, conforme estudos realizados por Motta e Ajara (2001). Dentre as características das mudanças espaciais, aponta-se a expansão urbana por meio da formação de áreas de tecido urbano na periferia de algumas cidades, em descontinuidade ao já existente, ao mesmo tempo em que se observa a formação de novos núcleos em pontos isolados entre várias cidades.

Uma reflexão importante sobre essas transformações foi a oferecida por Brenner (2014), quando entende o processo sob três momentos: (1) mudanças relacionadas com a geografia da

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

urbanização; (2) ação do governo nas três instâncias, nacional, estadual e municipal, impulsionando o desenvolvimento urbano em vastas zonas de seu território, (3) a passagem da representação de cidade enquanto espaço do comum para tornar-se grito de combate para os movimentos sociais, palco de conflitos políticos e um dos principais objetos de disputa. O autor, seguindo a linha de raciocínio de Dematteis (1996, *apud* IBGE, 2015) conclui que o urbano é percebido dentro do difuso, acrescentando que não há parâmetros de definição, coerência morfológica ou rigor cartográfico na identificação de processos, transformações e condições socioespaciais contemporâneas, perguntando-se, “então o que não é urbano?”, como consequência das afirmações de Amin e Thrift (2002), que o mundo urbanizado está conectado por “lugares/corredores de comunicação (aeroportos e linhas aéreas, estações e ferrovias, estacionamentos e estradas, teleportos e autopistas informáticas)”, com as quais concorda.

Essa falta de clareza teórica já foi percebida também por Firkowski (2012), quando entende fazer-se necessária a distinção entre a metropolização (o fato, o processo), a metrópole (a forma socioespacial) e a região metropolitana (a ferramenta, o instrumento) definida a partir de uma decisão institucional (federal ou estadual), em teoria baseada em estudos e critérios técnico-científicos bem definidos. A percepção da autora justifica-se quando se percebe a diversidade de conceitos, processo de identificação e institucionalização dessas recentes transformações espaciais no Brasil.

Com tal entendimento, este trabalho tem como objetivo trazer uma discussão acerca da metrópole, bem como do processo de metropolização, que tem contribuído para a transformação do espaço urbano e rural, o qual se encontra cada vez mais integrado a esse.

Para isso, procurou-se realizar uma abordagem sobre os processos, conceitos e teorias relativos à urbanização e metropolização, tendo como referência autores como Brenner (2014) e Randolph (2010), dentre outros. Quanto as antigas e as novas formas de metropolização, foram abordados os conceitos e teorias relativos aos de urbanização, nas formas passadas e atuais, quando foram considerados os conceitos urbanização, metrópole e metropolização, região e regionalização e proximidade geográfica. Para embasar essa abordagem, foram tomados como referência diversos autores, tais como, Dematteis (1996, *apud* IBGE, 2015), Brenner (2014), Lencioni (2006), Randolph (2012), entre outros.

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Por fim, a pesquisa oferece importantes contribuições, dentre elas, para discursões quanto a urgência na definição de parâmetros legais e urbanísticos que possam uniformizar os processos de identificação e institucionalização de Regiões Metropolitanas, Aglomerados Urbanos e Microrregiões é evidente, para que não tenhamos um país formado por Regiões Metropolitanas e suas áreas de Expansão Metropolitana, tão divergentes.

1. Dinâmica espacial: as antigas e as novas formas de metropolização

1.1 Urbanização Contemporânea

1.1.1 Urbanização

Enquanto processo, a urbanização pode ser caracterizada de acordo com uma visão espacial ou por uma visão demográfica. Na visão demográfica, observa-se o aumento do percentual da população urbana em relação à total. Pode-se dizer que, uma sociedade está se urbanizando na medida em que o crescimento da população urbana é maior do que o da população rural. Do ponto de vista espacial, trabalhada por arquitetos e urbanistas, refere-se à intervenção no espaço com a implantação de edificações e redes de infraestrutura de equipamentos, e serviços comuns, tais como: transportes, abastecimento de água, rede de esgoto, dentre outros.

De acordo com Monclús (1998; 1999), a evolução de processos de expansão da ocupação urbana, toma como referência a “cidade dispersa”, como resultado de um processo de transformação da cidade compacta, pela criação de novos assentamentos urbanos próximos às grandes cidades ou a grandes vias de comunicação, em um novo tipo de cidade, com uma morfologia difusa, seletiva, mais fragmentada. Também a “cidade difusa”, caracterizada por Indovina (1990), como uma rede de pequenos e médios centros resultante de uma forma evolutiva do modo de produção, associada à proliferação de pequenas e médias empresas e à consolidação de distritos industriais, sem migração, para alternativas de trabalho em outros setores da economia, dando início à urbanização difusa. Em ambos os casos, as morfologias dessas cidades resultam de uma dispersão e de uma transformação nas práticas sociais e nas relações socioespaciais, análoga à periurbanização.

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

A intensificação do crescimento industrial e dos fluxos migratórios que se verificou no Brasil a partir dos anos 1950 levou a uma crescente preocupação com a questão metropolitana nos meios técnicos, políticos e acadêmicos. De fato, as maiores regiões urbanas do país passavam a integrar, de forma cada vez mais evidente, a população e o território de diversos municípios em torno das cidades-núcleo (Azevedo; Mares Guia, 2000, p. 133).

Nas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil se manteve acelerado e apresentou situações de grande diversidade no território nacional, destacando-se: interiorização do fenômeno urbano; acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; crescimento das cidades médias; periferação dos centros urbanos; e formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não metropolitano (Motta; Ajara, 2001).

Uma das características das mudanças que estão ocorrendo é a expansão urbana por meio da formação de áreas de tecido urbano na periferia de algumas cidades, em descontinuidade a já existente. Ao mesmo tempo, constata-se a formação de novos núcleos, com múltiplas formas de utilização, em pontos isolados, entre várias cidades, que correspondem mais exatamente ao que Reis (2006) chama de urbanização dispersa, em oposição à urbanização compacta.

Segundo Dematteis (1996, *apud* IBGE, 2015), no final do século XX, a expansão urbana, mesmo que intensa, passou a ocorrer de maneira mais seletiva a partir de suas dinâmicas. A primeira, chamada de periurbanização, reforça a polarização urbana e a expansão se dá, particularmente, a partir das áreas periféricas e das ramificações radiais. A segunda dinâmica manifesta-se nas formas urbanas denominadas de difuso-reticular. São expansões que se dão no desenho de malhas ou redes, são pouco densas, com a presença de formas residenciais e de produção do tipo de condomínios e distritos industriais.

Com esse mesmo pensamento, Brenner (2014) fala da intensificação das condições urbanas, que é percebida através das transformações e reposicionamentos institucionais e mobilizações sociais em larga escala. Para tanto, ressalta três momentos. Primeiramente, observam-se mudanças relacionadas com a geografia da urbanização, no qual, outrora, por muito tempo, tinha-se a população densamente concentrada nas cidades e, agora, adquirem novas morfologias que atravessam a antiga divisão entre o urbano e o rural, criando densidades

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

urbanas e novas cidades “externas” e “periféricas”, e em algumas áreas, em escala regional, gerando galáxias urbanas gigantes.

Um segundo momento refere-se à ação do governo nas três instâncias, nacional, estadual e municipal, impulsionando o desenvolvimento urbano em vastas zonas de seu território através de estratégias que muitas vezes não se detêm apenas aos núcleos metropolitanos tradicionais, mas também articulam amplas estruturas de acumulação e regulação espacial, organizadas ao longo de grandes redes de infraestrutura, telecomunicações e energia, regiões fronteiriças internacionais, entre outras.

Por fim, um terceiro momento a ser considerado, no que tange à questão de reorganização socioespacial e regulatória, em que a cidade representava um espaço do comum, tornando-se grito de combate para os movimentos sociais, palco de conflitos políticos e um dos principais objetos de disputa. Todas essas facetas, voláteis e contraditórias estão sujeitas a intensos debates, onde o entorno urbano tem grande relevância para o futuro do capitalismo, da política e também para o ecossistema do planeta.

Fazendo um contraponto acerca do entendimento sobre o processo de urbanização, entre o final da década de 1930 e o início do século XXI, Brenner (2014) conclui que, nos dias atuais, o urbano é percebido dentro do difuso, em que não há parâmetros de definição, coerência morfológica ou rigor cartográfico na identificação de processos, transformações e condições socioespaciais contemporâneas. No seu entendimento, para que se consiga compreender a produção e transformação de diferentes espaços, deve-se partir, a priori, da investigação dos processos por meio dos quais são produzidas as diversas e heterogêneas paisagens do capitalismo moderno.

Em conclusão, o processo de urbanização atinge uma dimensão que ultrapassa os limites de um núcleo urbano em expansão, absorvendo ou sendo absorvido por outro. Identifica-se a necessidade de compreender essas transformações a que Brenner (2014) chama de emergente processo de urbanização estendida, com o objetivo de buscar caminhos que possam viabilizar uma renovação teórico-conceitual propositiva.

1.1.2 Metrópole e Metropolização

De acordo com Observatório das Metr poles (2009a), o processo de metropolização se configura pelo expressivo adensamento populacional em razão da dinâmica da economia, da produção técnica e do conhecimento, e da diversidade do trabalho, mas também com a expansão física de aglomerações em áreas contínuas de ocupação. Entende-se aqui que, a metropolização é o fen meno em que vários centros ou aglomerações populacionais crescem e se integram em torno de uma ou mais área urbana. Ocorre quando uma cidade possui um elevado crescimento urbano, a ponto de integrar outras cidades e estabelecer em torno de si uma centralidade econ mica, atraindo pessoas, capitais e investimentos.

Ao tratar da questão, Moura (2011) entende que a metropolização está inicialmente associada ao processo de urbanização com industrialização; mudanças na produção do campo; fluxos de migração rural, concretizando-se por uma extensão e uma densificação das grandes cidades. A metropolização permite frequentemente formas de ocupação do solo mais diluídas e mais ruralizadas que aquelas da cidade moderna e compacta de outrora.

Esse movimento, segundo Randolph (2012), de concentração de populações, oportunidades e atividades, logo se viu acompanhado por um processo de dispersão. Manifesta-se na escala intra-metropolitana enquanto redefinição de “centralidades”, como deslocamentos de populações e atividades econ micas (comércio, serviços) dos núcleos das cidades para as suas periferias e, em geral, no “espraia  o” urbano, cujo efeito é o surgimento de múltiplos polos (policentrismo) ao lado do núcleo principal da região. Para Moura (2011), a principal característica das dinâmicas territoriais contemporâneas no Brasil é a configuração de aglomerações ampliadas, adensadas e descontínuas.

Esse processo é entendido por De Mattos (2010) como “uma nova fase de modernização capitalista”, e por Lencioni (2006), como uma verdadeira metamorfose do processo de urbanização, que se reforça em funções superiores em m teria de decisão, direção e gestão concentradas nos principais polos urbanos (Leroy, 2000). A metropolização passa a engendrar novas morfologias urbanas, muito mais articuladas e densas, ao mesmo tempo, descontínuas, dispersas, sem limites precisos (Moura, 2012).

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Com esse mesmo entendimento, Lencioni (2006) propõe que uma metrópole (sob metamorfose) seja ao mesmo tempo: a) uma condição à reprodução do capital; b) um meio utilizado para sua reprodução; e c) um produto do próprio capital.

Assim, encerra-se o ciclo da metrópole como o lugar por excelência da indústria e se abre um novo ciclo, fundado nos negócios da produção imobiliária e das condições de infraestruturas indispensáveis à metropolização e à valorização do espaço metropolitano. A forma expandida da metrópole (espraçamento territorial) é central para a acumulação. A descontinuidade é a expressão do espaço-mercadoria, instrumentalizado pela valorização imobiliária do capital. As grandes regiões configuradas, com limites extremamente dinâmicos e difusos e intensos movimentos pendulares, expressam ao mesmo tempo uma nítida fragmentação territorial e uma transparente segregação social (Lencioni, 2011). Dessa forma, surge um conjunto de municípios unidos por um tecido de relações e interações mútuas, bem como por um crescimento urbano que ignora os limites político-administrativos. Esse conjunto de municípios recebe o nome de Região Metropolitana, assim definida por Souza (1985) *apud* Barbosa (2003, p.5):

Para que pertençam à região metropolitana, esses municípios devem apresentar-se integrados economicamente com o núcleo e permitir acesso fácil através de movimentos pendulares diários de população. Em termos espaciais, os municípios da área metropolitana representam uma possibilidade de expansão territorial do núcleo. (Souza, 1985, p.11). Nesse sentido, a metrópole é considerada a partir de características desses aglomerados que lhes permitem constituírem-se como centros do poder econômico, social e político. Portanto, são unidades capazes de polarizar o espaço nas escalas nacional, regional e local. O processo de metropolização passa por transformações na configuração espacial das cidades levam a níveis distintos de integração (Souza, 1985, *apud* Barbosa, 2003, p.5).

Esse conceito também é discutido por autores como Villaça (1998), que considera que a análise interna dos espaços da metropolização devem ser referenciada ao urbano, pois os espaços de metropolização são cidades. Razão pela qual prefere a denominação de áreas metropolitanas (adotada pelos norte-americanos) à de Regiões Metropolitanas.

No Brasil, na década de 1960, foi criado no âmbito do IBGE, o grupo de áreas metropolitanas, com o objetivo de delimitar áreas dessa natureza, definindo-as como “o

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

conjunto de municípios integrados econômica e socialmente a uma metrópole, principalmente por dividirem com ela uma estrutura ocupacional e uma forma de organização característica do espaço e por representarem, no desenvolvimento do processo, a sua área de expansão próxima ou remota” (Galvão et al, 1969, p.56). No processo de delimitação dessas áreas, um dos aspectos mais relevantes considerados é constituído pelas relações metropolitanas, a integração, representada por inúmeros fluxos, de bens, de comunicações e principalmente de população. Uma das formas de materialização desses últimos é o deslocamento diário de população entre locais de residência e de trabalho.

De acordo com Soares (2013), a metropolização pode ser uma ferramenta de desenvolvimento de uma determinada região quando da definição de regiões metropolitanas para fins de planejamento das “funções públicas de uso comum”, normalmente transporte coletivo, destinação de resíduos sólidos, saneamento básico e, em alguns casos, política urbana e habitacional. A metropolização como ferramenta política é capaz inclusive de “forjar a região metropolitana”, uma vez que sua delimitação anterior a um processo (fato) efetivo de metropolização pode induzir aos atores políticos, econômicos e sociais regionais que atuam de forma fragmentada a pensarem sua ação a partir de uma nova escala territorial, ou seja, pode levar às institucionalizações indevidas de regiões metropolitanas.

Para Firkowski (2012), faz-se necessário distinguir a metropolização (o fato, o processo), a metrópole (a forma socioespacial) e a região metropolitana (a ferramenta, o instrumento) definida a partir de uma decisão institucional (federal ou estadual), em teoria baseada em estudos e critérios técnico-científicos bem definidos. No Brasil, hoje nos referimos muito mais a regiões metropolitanas do que a metrópoles. As regiões metropolitanas brasileiras estão na verdade relacionadas à necessidade de ordenamento territorial na escala regional e cuja cidade-polo não é mais necessariamente a metrópole.

O espaço metropolitano apresenta uma diversidade e complexidade de problemas, além de uma dinâmica em sua estrutura socioeconômica, o que torna complexa a possibilidade de governo e um modelo ideal de gestão, buscando responder aos desafios do complexo sistema de cidades que abriga funções locais, regionais, nacionais e até globais, transcendendo ordens uni-escalares. Esse novo cenário impõe novos desafios aos estudos urbanos e regionais, ao

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

mesmo tempo requer o aprimoramento e a proposição de novas formulações teórico/conceituais acerca dessa temática.

Na discussão dos conceitos básicos acerca da dinâmica espacial, decorrentes da expansão metropolitana, verificou-se dentro de uma sequência lógica que a urbanização, a conurbação, a regionalização e a metropolização se expressam com as etapas ou fases que permitem a identificação da formação de uma região metropolitana, restando, então, um estudo quanto às suas configurações.

1.1.3 Região e Regionalização

Como resultado do recente movimento de urbanização e de expansão capitalista no campo, Santos (1998) afirma que, o território brasileiro encontra-se hoje, grosseiramente, repartido em dois grandes subtipos, utilizando, como um novo sentido, a expressão região, regiões agrícolas e regiões urbanas. Simplesmente, não mais se trataria de regiões rurais e de cidades, uma vez que, hoje, as regiões agrícolas (e não mais rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais.

O termo região continua a designar uma determinada área na superfície terrestre que se diferencia do todo, como afirmou Corrêa (1997). Porém, tal conceito é cada vez mais abarcado por uma variada gama de conotações, que possibilitam, de acordo com a aplicação de diferentes critérios, a criação das mais distintas regionalizações.

Para Corrêa (2005), o conceito de região é um conceito permanente na geografia, porém não congelado. Nesse sentido, contemporaneamente, no contexto do período chamado por Harvey (1989) de pós-moderno e por Milton Santos (1996) de técnico-científico-informacional, o debate acerca do termo região continua, uma vez que vivenciamos uma redefinição do papel do Estado, com quebras de pactos territoriais e com o ressurgimento de questões regionais, de nacionalismos e regionalismos fragmentados.

Talaska (2011) conceitua a regionalização como a divisão de um determinado espaço em regiões, é um processo atuante na realidade, que se constitui pela fragmentação e/ou pela integração de áreas. Para Limonad (2004), uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender as necessidades impostas por uma política setorial, uma política de

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional podendo apresentar variações em função da finalidade que se propõem.

O processo de regionalização se originou, historicamente, a partir do conhecimento das características do meio geográfico, do conjunto de transformações ocorridas/realizadas pela sociedade no espaço. A abordagem conceitual tida sobre regionalização infere que seu significado não é unicamente sinônimo de diferenciação de áreas em determinado território, é também entendida como o processo de formação de regiões, que permite conceder a determinada região uma identidade particular (Pereira, 2000).

Bitoun (2013) discute a questão da regionalização e da tipificação como procedimentos metodológicos distintos para formular divisões territoriais capazes de orientar o desenvolvimento de políticas setoriais e/ou territoriais, onde, a regionalização tem como objetivo reconhecer e representar territórios contínuos, em regiões, apresentando fatores de homogeneidade decorrente da extensão de problemáticas naturais, econômicas ou culturais que se quer valorizar pela implantação de políticas públicas de desenvolvimento territorial articulando diversas políticas setoriais em torno do reconhecimento de uma identidade regional. Quanto a tipificação, tem como objetivo classificar entidades espaciais, não necessariamente contíguas em função da intensidade de determinados atributos, cuja variação, de maior para menor, é captada por meio de procedimentos estatísticos (Bitoun, 2013).

Quaisquer que sejam os métodos e as técnicas de delimitação espacial, os resultados do trabalho científico precisam ser vistos com produtos intermediários e propostos para debates em diversos ambientes (Bitoun, 2013), sejam eles ambientes governamentais, ambientes da sociedade civil e ambientes acadêmicos e de produção do conhecimento.

De modo geral, o termo regionalização pode ser interpretado através da formação e transformação de regiões, sendo um processo contínuo, no qual as características de determinada área assumem certa particularidade e identidade. Pode também, ser interpretado como sinônimo à noção de diferenciação espacial, estabelecendo limites entre áreas e tendo finalidades específicas, em diferentes escalas geográficas.

Em Pernambuco, por exemplo, o processo de regionalização das atividades governamentais iniciou-se com o Decreto-Lei No 59, de 25 de julho de 1969, que dividiu o

Estado em regiões administrativas, instituindo oito grupos de municípios e suas respectivas sedes. Tal iniciativa não veio a ser efetivada e essas regiões não foram implantadas (Andrade, 2009).

O Departamento de Geografia do IBGE possui uma tradicional linha de pesquisa sobre a urbanização no Brasil, usada como referência para diversos estudos. Entre eles, ressaltamos aqueles voltados à hierarquia de centros urbanos e de suas áreas de influência, os quais, desde a década de 1960, vêm sendo realizados com a Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas, publicado em 1972. Em continuidade a essa pesquisa, editou-se em 1978 o trabalho Regiões de Influência das Cidades, reeditado em 1993.

O entendimento, portanto, é que a redefinição do espaço criado a partir da conurbação, por meio da regionalização, permite a institucionalização de áreas dinâmicas no entorno das Regiões Metropolitanas.

1.1.4 Proximidade Geográfica

Os estudos acerca da expansão urbana também têm sido tratados por diversos autores como Monte-Mór (2006). Esse autor associa processos crescentes de expansão urbana a processos complementares: da consolidação da rede de cidades; da conurbação das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos; ou mesmo do espraiamento de equipamentos urbanos como estradas e escolas, dentro do contexto de diferentes conceituações das mudanças contemporâneas na periferia das Regiões Metropolitanas. Nesse sentido, pode-se entender que tais processos são resultantes da proximidade geográfica entre unidades espaciais, associada, como expõe o autor, ao espraiamento dos mencionados equipamentos urbanos, significando um processo de expansão da metrópole.

Em relação à formação e expansão das metrópoles, Randolph (2011) aponta uma separação entre duas abordagens distintas, entre as quais não parece haver um diálogo significativo e sistemático: (a) uma voltada à compreensão das modificações internas, entre centro e periferia; (b) uma voltada ao estudo de mudanças (regionais) em áreas não metropolitanas e cidades de porte médio em certa distância às metrópoles.

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Essa então “franja¹” da área metropolitana que se encontra, geograficamente, em sua vizinhança imediata seria a primeira a ser incorporada onde se reproduz meramente a lógica metropolitana. Mas, não termina aqui: essa tendência de “metropolização” pode se estender até às áreas mais distantes de um país. Em princípio, todo o território torna-se “metropolitano” com diferenças que são apenas graduais (Randolph, 2010):

É importante ressaltar, por fim, que proximidade espacial significa adjacência, vizinhança, contiguidade. Em suma, relação de contato próximo entre duas unidades espaciais. Contudo, apesar dessa proximidade entre as unidades, devem ser considerados os fatores geográficos existentes entre as mesmas, sejam eles naturais ou construídos, que possam facilitar ou dificultar a integração entre elas. Para identificação de processos dinâmicos entre unidades, dois aspectos são fundamentais. O primeiro trata da conurbação, e o segundo, do movimento pendular.

A conurbação, que de acordo como o IBGE (2015), contribui na delimitação do traçado à área construída, uma vez que

quando duas cidades unem os seus tecidos urbanos, extravasam limites político-administrativos, nacionais e internacionais, e estabelecem fortes vínculos socioeconômicos. As cidades de municípios vizinhos costumam manter fortes relações entre si, mas nem sempre ocorre, entre elas, continuidade urbana. Nesse contexto, torna-se importante atualizar e estabelecer critérios para delinear formas espaciais que emergem de uma nova economia urbana, com seus novos conteúdos (IBGE, 2015, p.14).

Quanto ao movimento pendular, esse é utilizado nos estudos sobre a organização funcional dos espaços regionais e na delimitação de regiões metropolitanas; no dimensionamento e caracterização dos fluxos gerados para o estudo e para o trabalho; no planejamento urbano, em especial de transportes, entre outros (Moura; Castello Branco; Firkowski, 2005; Castello Branco, 2006). A aplicação desse critério tornou-se fundamental nos dias atuais para se identificar integração entre as unidades.

¹ Ver MIRANDA (2009).

No entanto, “cabe ressaltar que estar integrado através de ligações cotidianas para trabalho e estudo é distinto de estar articulado funcionalmente com outros centros de diversas dimensões e hierarquias” (IBGE, 2015 p.14).

2. Configuração das regiões metropolitanas do Brasil

O reconhecimento de fato e de direito das Regiões Metropolitanas no Brasil teve início com a Constituição de 1967, quando em seu art. 157, § 10, estabelece que “a União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade socioeconômica, visando à realização de serviços de interesse comum”. Na ocasião, originou-se um novo modo de tratar a questão, tendo o Governo Federal como um de seus principais articuladores. O texto mencionava expressamente a possibilidade de a União instituí-las para a realização de serviços comuns. A Emenda n.º 1, de 1969, em seu artigo 164, repetiu o texto constitucional: “A União, mediante lei complementar, poderá, para a realização de serviços comuns, estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade socioeconômica”.

Vale ressaltar que, no texto constitucional de 1967, não constam critérios para a identificação e institucionalização dessas regiões, apenas menciona quais foram instituídas e dá diretrizes para a gestão das mesmas. Mas, tais critérios foram construídos, segundo IBGE (2015), por um grupo de estudo sobre áreas metropolitanas, que foi constituído após os debates ocorridos na I Conferência Nacional de Geografia – CONFEGE. Galvão *et al* (1969, p.54) entendem que o trabalho foi construído sob dois objetivos: primeiramente, conceituar de forma precisa os termos metrópole, área metropolitana e região metropolitana; e também, definir um conjunto de municípios que seriam analisados a partir de tabulação do Censo Demográfico 1970, visando apreender o processo de metropolização.

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



Segundo Galvão et al (1969, p. 60), para a definição dos critérios, esses foram divididos em três categorias²: demográficos, estruturais e de integração, ficando estabelecido que os municípios que atendessem, integral ou parcialmente duas dessas categorias, seriam incluídos na área da pesquisa.

Com a criação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana no Brasil, na década de 1970, Davidovich e Lima (1975) realizaram um trabalho tido como referência para a identificação de aglomerações urbanas, que apresentassem um “intenso processo de urbanização, aliado a um patamar mínimo de população” (IBGE, 2015, p. 18).

Ao tratar da questão metropolitana no Brasil, Davidovich (2003) também identifica as duas fases apontadas pelo Observatório das Metrôpoles (2009), no processo de institucionalização dessas regiões. A primeira delas ocorreu nos anos de 1970, com a expansão da produção industrial e à consolidação das metrôpoles como locus desse processo, como parte da política de desenvolvimento urbano. Foram criadas, a partir da Lei Complementar Federal 14/73, oito regiões metropolitanas, tais como: São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Belém. E posteriormente, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a nona região, a do Rio de Janeiro, criada pela Lei Complementar Federal 20/74. Além de estabelecer tais regiões, as leis federais especificavam os "serviços comuns" que seriam objeto da gestão coordenada pelos entes metropolitanos (saneamento básico, planejamento econômico e social, uso do solo, transportes, produção e distribuição de gás canalizado, aproveitamento dos recursos hídricos, controle da poluição ambiental, sistema viário e outros serviços que viessem a ser especificados pela legislação federal), bem como uma estrutura organizacional de planejamento e gestão, composta por um conselho deliberativo e outro consultivo.

A segunda etapa teve início com a Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 25, § 3o, facultou aos Estados Federados a competência de institucionalização de suas unidades regionais. O texto constitucional estabelece que “os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o

² Para saber mais sobre os critérios ler GALVÃO *et al*, 1969, pp.60-61.

planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”. A maioria das metrópoles recentes alcançam 1 milhão ou mais de habitantes. Verifica-se também uma diversificação acentuada dos centros, que abrange não só capitais estaduais, como espaços regionais e cidades não capitais.

A institucionalização das RM no país deveria representar um novo estágio no desenvolvimento das relações federativas no Brasil. Tratava-se do reconhecimento, agora também por parte do Governo Federal, de que a complexidade dos problemas e a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nos maiores centros urbanos do país requeria um tratamento institucional diferenciado. Conforme assinalam Grau (1974) e Alves (1998) *apud* Barbosa (2003), a mudança não significava perda de autonomia dos municípios que compunham a região metropolitana, já que a autonomia municipal faz parte da tradição de nosso regime federativo. As leis que criaram as RM no país procuraram conciliar essa autonomia com o interesse metropolitano, "que exige a atuação coordenada de todos os entes governamentais para satisfazê-lo".

Há algumas controvérsias a respeito da criação das regiões metropolitanas de iniciativa estadual. Como afirma Davidovich (2003, p.62), “é preciso considerar até que ponto as regiões metropolitanas recentes, as de iniciativa estadual, podem ser efetivamente identificadas nessa categoria”. Deve-se considerar as ações dos agentes envolvidos em tal processo e a legitimidade na criação das mesmas, bem como no que se refere aos critérios utilizados no processo de criação dessas unidades político-administrativas, com destaque ao fato de muitas das novas regiões metropolitanas não possuírem ainda, sequer, um contingente populacional significativo que justifique a sua institucionalização.

De acordo com estudos realizado pelo Observatório das Metrópoles (2015), até a data de 27 de março de 2015, o Brasil conta atualmente com 71 regiões metropolitanas (RM), 3 regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE) e 4 aglomerações urbanas (AU), totalizando 78 unidades territoriais urbanas institucionalizadas.

Algumas dessas RM contam com subdivisões estabelecidas em suas leis de criação. Nas duas RM de Minas Gerais (Belo Horizonte e Vale do Aço) existe a figura do Colar Metropolitano (CM). Em outras regiões aparece o que foi denominado de Áreas de Expansão

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Metropolitana (AEM) definidos em lei. Essa subdivisão existe nas RM do Vale do Itajaí, Carbonífera, Chapecó, Extremo Oeste, Norte/Nordeste Catarinense, Florianópolis, Foz do Rio Itajaí, Lages, Vale do Rio Itajaí e Tubarão, todas em Santa Catarina e na Região Metropolitana de Feira de Santana, na Bahia. Na RM do Vale do Rio Cuiabá aparece a figura do Entorno Metropolitano. No cômputo da população e da quantidade dos municípios essas subdivisões foram consideradas (Observatório Das Metrôpoles, 2015).

Segundo o IPEA, estudos apontam para a necessidade de se distinguir Metrôpoles de Região Metropolitana: se, de um lado, há um processo socioespacial e a conformação de um espaço que é percebido como comum por uma população que compartilha (não de formas homogênea e não sem conflitos) de seus recursos, infraestrutura, serviços e possibilidades, de outro, há uma instituição de ordem jurídico-institucional, baseada em motivações múltiplas – nem sempre explícitas – que sugere a intenção de tratar, intervir ou gerir esta nova territorialidade, a qual pode ou não, integral ou parcialmente, corresponder a um espaço metropolitano resultante de um processo socioespacial (Costa; Tsukumo, 2013).

De acordo com o trabalho realizado pela agência CONDEPE/FIDEM intitulado Estudo do Agrupamento de Municípios sob Influência de Caruaru (CONDEPE/FIDEM 2007, p.8-9), “uma região metropolitana não se cria, apenas pode ser reconhecida, enquanto fenômeno geográfico, e institucionalizada com o objetivo de implantação de gestão comum, aquela região que existe e que é facilmente identificada, por teóricos e pela própria população”. A partir de tantos aspectos indiscutíveis e de consenso, sugere em síntese critérios³ para a sua caracterização.

Assim reconhecidas e estabelecidas as regiões metropolitanas, a dinâmica espacial inerente a tais critérios dão continuidade ao processo de expansão identificado por Reis (2006). Em uma nova fase, não mais se trata de contiguidade física, e sim das inter-relações existentes, ultrapassando limites administrativos, criando uma rede de relacionamento e interdependência de formas diversas entre as cidades.

³ A sínteses dos critérios para caracterização de uma RM, pode ser vista em CONDEPE/FIDEM 2007, p.8-9

3. PROCESSO EMERGENTE DE URBANIZAÇÃO ESTENDIDA

As atuais estruturas espaciais decorrentes dos processos emergentes de urbanização estendida, conceito esse introduzido por Brenner (2014), apresentam formas diversas e desiguais. Algumas com altas densidades em grandes extensões, geralmente em torno das regiões metropolitanas, ligadas a outras cidades por redes de capital, trabalho e infraestruturas de transporte/comunicação, e outros. A falta de parâmetros de definição, coerência morfológica ou rigor cartográfico na identificação de processos, transformações e condições socioespaciais tem gerado, na prática, grande confusão, resultando em denominações diversas na institucionalização, muitas vezes inconsistentes entre fatos e direitos, ou seja, entre os processos socioespaciais e os processos políticos e legais.

Atualmente, planejadores e pesquisadores têm se debruçado sobre a emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano, que se expressa pela extensão espacial da mancha urbana das metrópoles. Segundo Lencioni (2003), a aparência fenomênica desse novo fato tem recebido diferentes denominações conceituais. Independente das diferentes maneiras de interpretá-las, há algo em comum nas interpretações, a reestruturação produtiva, ou seja, a reestruturação do processo de reprodução capitalista. Tal momento refere-se à reestruturação produtiva, tendo nos grupos econômicos a chave do processo produtivo e a emulação da desconcentração territorial das atividades produtiva, onde se percebe a intensificação e a centralização do capital expressa, por exemplo, por meio de multiplicação de casos de fusões de empresas. Uma nova forma urbana relativa à expansão territorial metropolitana se faz presente nesse momento: “metamorfoseia-se o urbano pelo desenvolvimento da região metropolitana associada ao processo de reestruturação produtiva” (Lencioni, 2003, p. 3).

Dessa forma, um padrão complexo de organização espacial se configura nesse estágio da metropolização, compondo formas que transcendem as tradicionais aglomerações definidas por manchas contínuas de ocupação entre mais de um município. Essas regiões se desenvolvem através do crescimento expansivo, no qual a rede urbana está cada vez mais ampliada, atingindo outras cidades que não fazem parte da mesma, originando as Regiões Metropolitanas

Estendidas, também chamadas por alguns autores de área de expansão metropolitana⁴, Regiões Periféricas⁵ ou Colar Metropolitano⁶.

Contudo, a adoção do instrumento de regionalização não tem relação direta com o processo socioespacial de conformação dos espaços metropolitanos. Mais que isso, a fragilidade e baixa efetividade dos arranjos e desenhos institucionais, quando existentes, põem em cheque o próprio sentido dessa institucionalização (COSTA; TSUKUMO, 2013).

Metodologia

A metodologia adotada realiza uma abordagem sobre os processos, conceitos e teorias relativos à urbanização e metropolização, tendo como referência autores como Brenner (2014) e Randolph (2010), dentre outros. Quanto as antigas e as novas formas de metropolização, foram abordados os conceitos e teorias relativos aos de urbanização, nas formas passadas e atuais, quando foram considerados os conceitos urbanização, metrópole e metropolização, região e regionalização e proximidade geográfica. Para embasar essa abordagem, foram tomados como referência diversos autores, tais como, Dematteis (1996, *apud* IBGE, 2015), Brenner (2014), Lencioni (2006), Randolph (2012), entre outros.

Considerações Finais

A contribuição desse trabalho se constitui em vários aspectos, mas o principal deles está relacionado à urgência de estudos aprofundados acerca dos conceitos entendidos como fundamentais para o presente tema, bem como o exercício de aplicação de critérios já consagrados na identificação de integração de espaços urbanos à RM, a partir de uma nova dinâmica espacial em torno da região, seguindo o objetivo da pesquisa, levando a demonstrar a importância e a necessidade de uma revisão conceitual, bem como a definição de parâmetros legal e urbanístico que, servindo de orientação aos Estados no processo do reconhecimento e

⁴ Embora a literatura seja muito vasta e diversificada, e nem sempre compatíveis, servem como exemplo trabalhos como: Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil do Observatório das Metrópoles (2004), Estado de Santa Catarina utiliza essa nomenclatura para as áreas de expansão metropolitana.

⁵ Reis (2006), Lencioni (2006).

⁶ Nomenclatura utilizada no estado de MG.

da institucionalização de Regiões Metropolitanas, Aglomerados Urbanos e Microrregiões, respeitando as especificidades de cada caso.

Concorda-se com as colocações de Brenner (2014), que nos dias atuais o urbano é percebido dentro do difuso, em que não há parâmetros de definição, coerência morfológica ou rigor cartográfico na identificação de processos, transformações e condições socioespaciais contemporâneas.

Assim, fica a questão levantada por Davidovich (2003), até que ponto as novas regiões metropolitanas, mesmo que correspondam a políticas de legitimação e de elevação do “status” do executivo estadual atendem a intencionalidades de “recriação” de forças de aglomeração, que têm sido fator de crescimento econômico e de valorização do capital. É preciso levar ainda em conta até que ponto as novas regiões metropolitanas também são indício de uma nova divisão do trabalho no território nacional, que envolve especialização e diversificação, competitividade e interdependência, e problemas de fragmentação e de ingovernabilidade.

Referências

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. **Cities: Reimagining the urban**. Cambridge, U.K., Polity, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. (Coordenação). **Geografia de Pernambuco: ambiente e sociedade**. João Pessoa, Grafset, 2009.

AZEVEDO, Sérgio de; MARES GUIA, Virgínia Rennó. Governança metropolitana e reforma do Estado: o caso de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 3, nov. 2000.

BARBOSA, Hélio Batista. **Desafios da Gestão Integrada: recursos hídricos na Grande São Paulo**. 2003. 83 f. Dissertação – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.

BITOUN, Jan. Regionalizações, Tipologias e Desenvolvimento Territorial: Um debate sobre o papel da Geografia. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, 14., 2013, Lima, Peru. **Anais...** Lima, Peru, 2013.

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. *Revista Rural e Urbano*, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988.

BRENNER, Neil. Tese sobre a urbanização. **E-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 19, ano 5, p. 6-26, dez. 2014.

CASTELLO BRANCO, M.L. G.; MOURA, R.; FIRKOVSKI, O. Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões acerca do indicador. In: Encontro Nacional da Anpur, 11., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, ANPUR, 2005.

CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. **Estudo do agrupamento de municípios sob influência de Caruaru**. Recife, CONDEPE/FIDEM, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Entrevista com o Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa – UFRJ. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n.1, p. 01-14, jun. 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: A tradição geográfica. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos (Org). **Unidades territoriais urbanas no Brasil: 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil**. Brasília, IPEA, 2013.

DAVIDOVICH, F.; LIMA, O. M. B. de. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 37, n.1, p. 3-84, jan./mar. 1975.

DAVIDOVICH, F. **Metrópole e contemporaneidade, algumas pontuações**. In: Carlos, A.F.A; Lemos, A.I.G. (Org.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

DE MATTOS, C. A. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina. De la ciudad a lo urbano generalizado. **Grupo de Estudios sobre Desarrollo Urbano (GEDEUR)**. Documento de trabajo nº 8. Madrid, 2010.

FIRKOSWSKI, O. OL C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 122, p. 19-38, 2012.

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

GALVÃO, M. V. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 31, n.4, p.53-127, out./dez. 1969.

IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

INDOVINA, F. **La città diffusa**. Venezia: Daest (Dipartimento di Analisi Economica e Sociale del Territorio, 1990.

LENCIONI, S. **Da cidade e sua região à cidade-região**. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo, Annablume, 2006.

LENCIONI, S. **Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana**. In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P.C.X. (Orgs.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo, FAUUSP, 2011.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo, Edusp, 2003.

LEROY, S. **Sémantiques de la métropolisation**. **L'Espace géographique**, Montpellier, Éditions Belin, n.1, p.78-86, 2000.

LIMONAD, Ester. **Brasil século XXI, regionalizar para quê? Para quem?** In: LIMONAD, Ester et al. **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização**. São Paulo, Max Limonad, p.54-66, 2004.

MONCLÚS, F. J. **Ciudad dispersa y ciudad compacta**. Perspectivas urbanísticas sobre las ciudades mediterráneas. **D'Humanitats** (Girona), n. 7, p. 95-110, 1999.

MONCLÚS, F. J. **Suburbanización y nuevas periferias**. Perspectivas geográfico-urbanísticas. In: F. J. Monclús (Ed.), **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, 1998.

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. **Revista Rural e Urbano**, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

MONTE-MÓR, R.L.M. **A Cidade e o Urbano**. In: C. A. L. Brandão (Ed.). As Cidades da Cidade. Belo Horizonte, UFMG, p.185-197, 2006.

MOTTA, Diana Meirelles da. AJARA, Cesar. Configuração da Rede Urbana do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 100, p. 7-25, jan./jun. 2001.

MOURA, Rosa. **A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea**. EURE (Santiago), Santiago, v. 38, n. 115, p. 5-31, set. 2012.

MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes. FIRKOWISKI, Olga Lúcia C. de. **Movimento pendular e perspectivas de pesquisa em aglomerados urbanos**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4, p. 121-133. out./dez. 2005.

MOURA, Rosa; CINTRA, Anael. Dinâmicas territoriais da população: primeiros resultados do Censo 2010, (**Nota técnica** n.22), Curitiba: IPARDS, 2011.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Arranjos Institucionais para a Gestão Metropolitana**. Relatório de Pesquisa. Território, coesão social e governança democrática: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém, Natal, Goiânia, Maringá. Brasília, Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrópoles/ FASE/IPARDES. 2009a.

PEREIRA, Paulo Affonso Soares. **Rios, Redes e Regiões: A sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre, AGE, 2000.

RANDOLPH, R. Avanços da metropolização e formação de novas fronteiras: investigações sobre trajetórias da urbanização em torno das metrópoles. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XVI, n. 418 (43). 2012.

RANDOLPH, R. Reflexões sobre “urban fringe” e fronteiras de expansão ao redor das metrópoles: caminho para a sociedade urbana? In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE DO URBANISMO, 11., 2010, Vitória, ES. **Anais...** Vitória, UFES, 2010, p. 1-16.

RANDOLPH, R., SOUTHERN, B.C. (Orgs.). **Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo, Max Limonad, 2011.

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. *Revista Rural e Urbano*, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano**. São Paulo, Via das Artes, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo, Edusp, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1998.

SOARES, P. R. R. Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana? O debate no Rio Grande do Sul. **E-metropolis**: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 4, p. 25-29. 2013.

SOUZA, Celina Maria de. **Metropolização Brasileira**: uma análise dos anos 70. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano/Fundação Getúlio Vargas, 1985.

TALASKA, Alcione. Região e Regionalização: revisão conceitual e análise do processo de reconfiguração fundiária e de alteração do uso da terra na região do Corede Norte/RS 12. **Caminhos de Geografia – revista on-line**. Uberlândia v. 12, n. 37, mar. p. 201-215, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel/ FAPESP/ Lincon Institute, 1998.

ARAÚJO, M.; ANDRADE, A. Dinâmica espacial: antigas e novas formas de Metropolização. *Revista Rural e Urbano*, v.9, n.1, 2024. p. 279-302

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>